

**40º Encontro Anual da ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2016
Caxambu – Minas Gerais**

SPG16: Interações entre Estado e movimentos sociais: repertórios, repressão e resistência

Título: “Entrando no mundo das gestões”: uma investigação sobre a construção de modelos de organização e a relação entre repertórios organizacionais e redes sociais no movimento estudantil universitário de Sergipe

Autora: Adrielma Silveira Fortuna dos Santos
(UFS, SE. e-mail: adri_aju@hotmail.com)

Caxambu – outubro de 2016

Apresentação¹

Este *paper* resulta de uma pesquisa em nível de mestrado que teve como objetivo investigar a relação entre os modelos de organização, as redes sociais e o engajamento individual do movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre os anos de 2000 a 2015. De acordo com isso, a presente comunicação trata de analisar os modelos de organização mobilizados e construídos por 13 gestões do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período já citado, com base em dois conceitos: o de repertórios organizacionais (CLEMENS, 2010); e o de redes sociais (MISCHE, 2008; SCHERER-WARREN, 1996; SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2005). Para tanto, consideramos alguns elementos: (i) qual o processo de formação de uma gestão do DCE, ou seja, quais os recursos acionados, quais as redes sociais mobilizadas, quais as regras e normas que envolvem o processo, etc.; (ii) como se constrói um modelo de organização e qual sua relação com os repertórios organizacionais utilizados, termos, símbolos e relações estabelecidas com instituições como partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, etc.; (iii) em que medida os múltiplos engajamentos dos ex-presidentes do DCE implicam em modelos de organização diferenciados, bem como, de formas de contestação e de inserção no Estado nos últimos 15 anos (SANTOS, 2016). Para tanto, foram realizadas 12 entrevistas² semiestruturadas e gravadas com ex-presidentes do DCE entre o período de 2000 a 2015, foram aplicados 64 questionários³ a militantes de diferentes movimentos estudantis com o objetivo de coletar dados sobre o perfil social, acadêmico, militante e político que possibilitaram a construção de um banco de dados no SPSS. Além disso, foram feitas observações participantes em eventos estudantis e pesquisa documental nos arquivos do DCE e pesquisa eletrônica nos sites das chapas que disputaram eleições da entidade durante o período investigado.

¹ Trabalho apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre os dias 24 e 28 de outubro de 2016, Caxambu/MG. A pesquisa de mestrado que deu origem a esse trabalho foi financiada pela CAPES e desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Tipo de financiamento: bolsa de mestrado.

² As entrevistas foram realizadas entre o período de 8 de julho a 30 de agosto de 2015.

³ O período de aplicação dos questionários foi de março a junho de 2015. Durante esse período perguntamos as lideranças de alguns movimentos estudantis, como a ANEL, a um dirigente do DCE e a uma militante do Rua: Juventude Anticapitalista (PSOL), quantos militantes havia no movimento estudantil geral na UFS. As respostas ficaram em média entre 60 e 80 militantes, sendo que a união entre o LPJ e o Movimento Quilombo (PT), que são movimentos que formam a gestão de 2014 e 2015 do DCE, são os grupos que têm mais militantes engajados atuando dentro da universidade, principalmente no movimento estudantil geral.

Na última década, parte dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil tem dado atenção para a relação entre atores contestadores e atores institucionalizados na formação ou promoção de causas e de protestos públicos (COMBES, 2009; GOLDSTONE, 2004; GOIRAND, 2009; SILVA, 2006; 2010). Quebrando com abordagens que analisava a ação dos movimentos sociais fora do estado, se posicionando contra ou a favor do mesmo, essa literatura busca compreender os tipos de relações entre atores institucionalizados e atores contestadores, agindo fora e dentro do estado (BEZERRA, 2007; OLIVEIRA, 2005; MISCHÉ, 2008; SCHERER-WARREN, 1996; SILVA, 2006; SILVA; OLIVEIRA, 2011). Partimos da análise de repertórios organizacionais (CLEMENS, 2010) e da análise de redes sociais, como uma alternativa para compreender as “composições de forças” – movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, políticos partidários, etc. – que constrói uma gestão do DCE, pois permite percorrer os vínculos e as alianças feitas entre os atores envolvidos no campo relacional que constitui o movimento estudantil universitário, e compreender como esses vínculos e alianças promovem mudanças nos modelos de organização, bem como no “acesso à política estudantil” (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2015; SANTOS, 2016). Por outro lado, a abordagem dos processos políticos analisa a relação entre Estado e sociedade civil a partir da análise do conflito, distanciando-se, assim, das análises que focavam na reciprocidade e na comunicação para estudar os tipos de relações existentes entre essas duas esferas. A abordagem dos processos políticos aflora na década de 1990 e começa a ganhar espaço na literatura brasileira na última década. Essa abordagem foi considerada em vários momentos da pesquisa, uma vez que ela permite considerar que os movimentos sociais e os sistemas políticos são mutuamente constitutivos (MCADAM; TARROW, 2011), assim observamos que há uma relação entre as mudanças no contexto político local e a entrada e permanência de determinados movimentos estudantis na direção do DCE e de como esses movimentos vão se organizar dentro da UFS.

Tais discussões mostram que a literatura sobre movimentos sociais nos últimos anos tem se atentado a analisar as ações coletivas, os protestos públicos e a emergência de novos movimentos sociais a partir das suas próprias configurações, ou seja, das relações e interesses que envolvem relações de reciprocidade e de contestação com e contra o Estado, das reinterpretações sobre as formas organizacionais disponíveis e os modelos de organização e dos repertórios de confrontação direta. Tal discussão tem

levantado um questionamento importante sobre as mudanças nas condições do militância no movimento estudantil nos últimos anos e sua relação com o Estado. Os resultados da pesquisa mostraram que houve neste sentido mudanças, por exemplo, nos canais de participação estudantil; se antes o DCE, os Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) eram os principais espaços para os estudantes se organizarem, nos últimos anos os coletivos, movimentos estudantis temáticos e as forças independentes têm crescido como formas de organizações alternativas a esses modelos considerados clássicos da organização estudantil (MESQUITA, 2003; MISCHÉ, 2008).

Essa diversificação das formas de participação dos estudantes também promoveu uma diversificação das suas relações com o Estado, até os anos de 1999 observamos, por meio da análise das pautas das gestões do DCE anteriores aos anos 2000, que havia dois tipos de relação com o Estado predominante: ou os estudantes tinham uma relação de confronto ou tinham uma relação de apoio com o Estado. Observando não só as pautas, mas também as redes sociais de apoio das lideranças estudantis, verificamos que outros tipos de relações com o Estado tem se apresentado como estruturantes de formas organizativas. Nesse sentido, percebemos relações de cooperação e de proteção a ações dos representantes do Estado, um trânsito institucional das lideranças estudantis ocupando cargos em órgãos públicos, por meio da indicação de prefeitos, vereadores e de deputados, etc. Mas também verificamos formas de resistência ao Estado e às suas práticas de repressão através do seu aparato policial; em relação a isso, alguns militantes relataram suas experiências de quando foram reprimidos no ano de 2007, durante o processo de implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em que eles fizeram ocupações em alguns campi da UFS, militantes ligados ao PSOL e PSTU foram contra as decisões do governo e da Reitoria, já militantes ligados ao PCdoB apoiaram o projeto de implementação (SANTOS, 2016). Outro momento de repressão foi relatado, ocorreu durante as manifestações de junho de 2013 em que alguns militantes estudantis e que também eram militantes das Articulação de Esquerda (PT) foram presos e/ou foram agredidos por policiais.

A partir dos resultados obtidos queremos propor com base na análise de repertórios organizacionais e de redes sociais uma investigação mais sistemática sobre os processos organizativos, estruturais e relacionais que compõe a formação de modelos

de organização dos movimentos estudantis universitários que gestaram o DCE da UFS nos últimos 15 anos e mostrar que a relação de apoio, de solidariedade ou de resistência dos movimentos estudantis com relação aos partidos políticos revelam elementos típicos de formas de organização. Em consenso com isso, a pesquisa identificou três tipos de modelos de organização: o primeiro modelo corresponde ao “movimento estudantil como movimento social”, que é caracterizado quando as causas sociais estão acima das causas vinculadas à educação e/ou ao cotidiano dos estudantes no campus universitário; O segundo modelo foi o “movimento estudantil como gremiação”, ao contrário do modelo anterior, esse modelo tem como defesa principal as causas vinculadas ao cotidiano do estudante na universidade e as causas vinculadas diretamente com a educação; o último modelo é o “movimento estudantil como movimento social e como gremiação”, tal modelo parte do princípio de que é preciso defender pautas do cotidiano do movimento estudantil universitário e da educação como um todo (SANTOS, 2016).

Os resultados mostram que o grau de institucionalização dos ex-presidentes do DCE e seus múltiplos engajamentos influenciam nos repertórios de organização e na sua relação com o Estado e com a Reitoria; por um lado, os partidos políticos se constituem ainda como uma instituição que estrutura, assegura e faz a manutenção de formas de organização estudantil; por outro lado, os partidos limitam a autonomia de movimentos estudantis orientados por eles e inibem novas formas de organização estudantil. Portanto, os resultados e discussões apresentadas justificam a importância do presente trabalho, na medida em que propõe uma investigação sistemática e processual sobre as formas de diversificação dos modelos de organização estudantil, revelando como essa diversificação implica em mudanças nas interações entre o Estado e o movimento estudantil universitário, bem como, nas dinâmicas de organização do movimento nos espaços públicos e nos bastidores.

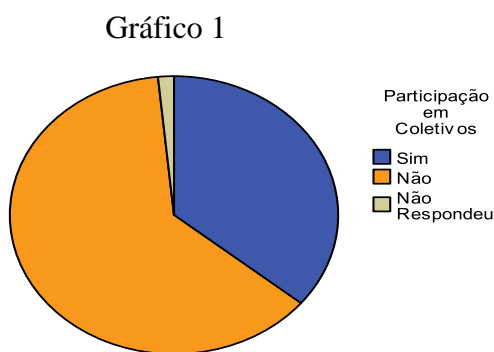
1. Múltiplos engajamentos, formas de atuação e apartidarismo

Para alguns estudantes o espaço universitário se torna a primeira porta de entrada para a militância, não só no movimento estudantil de base ou geral⁴, mas

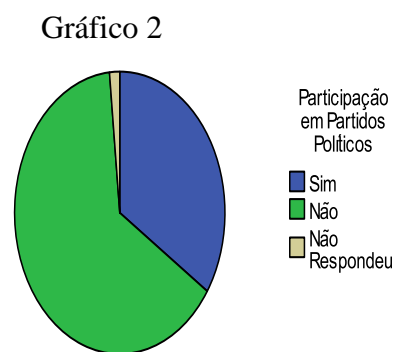
⁴ São considerados movimentos estudantis de base os CAs, os DCs e os DCEs; já o movimento estudantil geral diz respeito às entidades de representação nacional, como as executivas, a UNE e a ANEL.

também em outros espaços políticos⁵ como veremos a seguir. Assim, os resultados dos questionários mostraram que dos 64 entrevistados 38 deles (59,4%) participam ou já participaram de centro ou diretório acadêmico; já 26 deles (40,6%) afirmaram nunca ter participado. Nesse sentido, alguns militantes atuam em coletivos, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, nas executivas de cursos e na União Nacional dos Estudantes (UNE) e na Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), a experiência adquirida e as redes de contatos feitas nesses espaços são muitas vezes acionadas no processo de construção e consolidação de uma gestão do DCE.

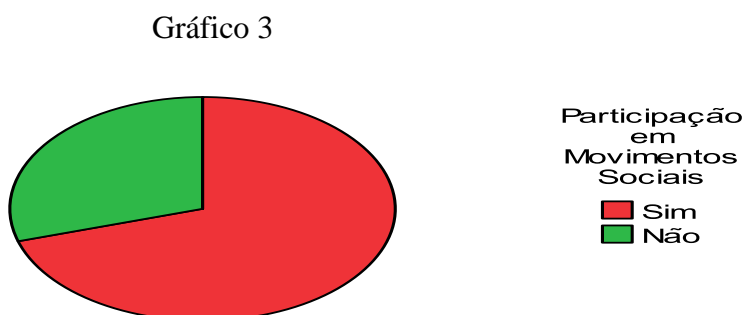
Para ilustrar os espaços em que os militantes se engajam, além do próprio movimento estudantil, apresentamos os gráficos elaborados com base na aplicação dos 64 questionários.



Fonte: a autora



Fonte: a autora



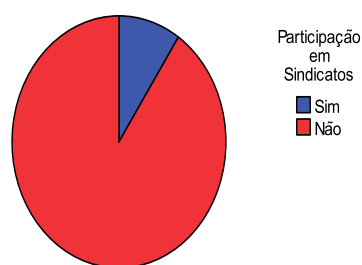
Fonte: a autora

As informações presentes nos gráficos acima indicam que as maiores participações dos militantes são nos movimentos sociais representando 70,3% da

⁵ Para dar mais informações sobre o universo estudado é importante acrescentar as informações: dos 64 questionados, 45,3% responderam que ingressaram na UFS entre o período de 2002 a 2012; 50,0% responderam que entraram entre 2013 e 2015; 4,7% não responderam. Ingresso no movimento estudantil universitário, 54,7% se engajaram entre o período de 2013 a 2015; já 42,2% responderam que se engajaram entre 2002 e 2012; 3,1% não responderam.

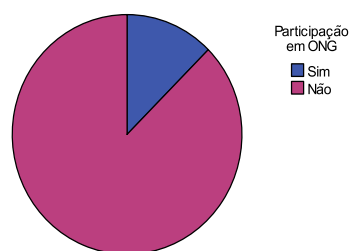
amostra, nos coletivos representando 32,0% da amostra e nos partidos políticos representando 34,4% das afirmações dos entrevistados. Ressaltamos o Levante Popular da Juventude, o Movimento Não Pago e os movimentos que defendem causas LGBT e de gênero, como sendo os principais movimentos que os militantes estudantis estão engajados.

Gráfico 4



Fonte: a autora

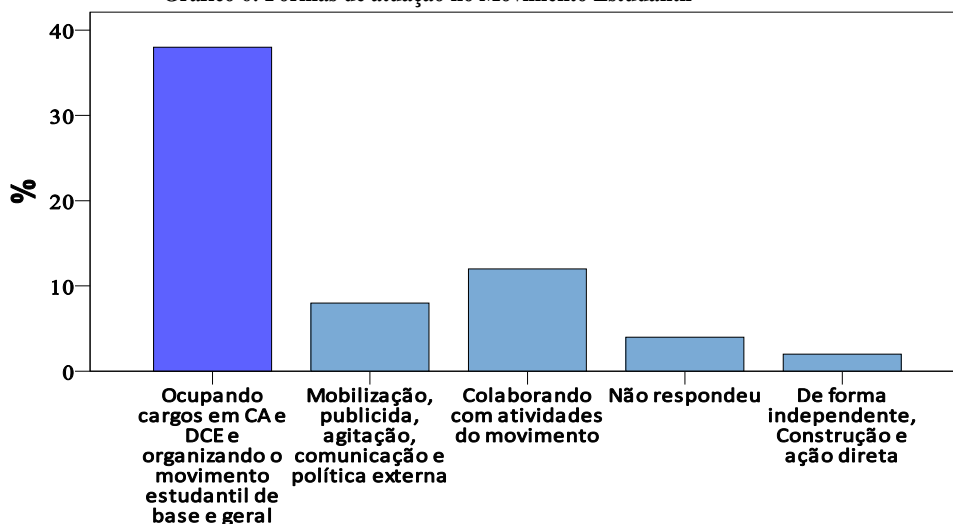
Gráfico 5



Fonte: a autora

Por outro lado, as menores participações são nas ONGs, apenas 12,5% participam e nos sindicatos, representando a participação de 9,4%, como os gráficos acima ilustram. Esses dados indicam uma diversificação nos canais de participação política dos estudantes e uma descentralização da participação em alguns desses canais, como, por exemplo, nos partidos políticos e nos sindicatos.

Gráfico 6: Formas de atuação no Movimento Estudantil



Fonte: a autora

Como podemos observar no gráfico acima, a forma de atuar “ocupando cargos em CA e no DCE, organizando o movimento estudantil de base e geral” representou 38,

4% da reposta dos entrevistados, observamos que tal dado tem uma relação com o tempo de dedicação dos militantes, pois, verificamos que aqueles militantes que atuam dessa forma dedicam entre 11 ou mais de 31 horas semanas, além daqueles que afirmaram se dedicar quase exclusivamente a militância, a soma total de tais afirmações representaram 40,9% das respostas dos 64 entrevistados. Esses militantes precisam conciliar os compromissos acadêmicos, com os compromissos da militância estudantil e de outros vínculos de participação política que eles têm. Nesse sentido, não é em si o tempo de dedicação que permite o militante estudantil atuar ocupando cargos e organizando o movimento de forma “integral”, mas os processos de socialização na militância estudantil e o estabelecimento de redes de relações densas com partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, etc. que promove oportunidades para que determinados militantes ocupem cargos em partidos políticos e em sindicatos, como ainda em órgãos públicos através de cargos comissionados.

Tabela 1- Ex-presidentes do DCE

Nomes	Gestão	M. Secu ndar istas	M. Sociais ou Sindicatos	Partidos Políticos	Atividade Profissional (atual)	Continuida de na Militância
Pedro	2000	Sim	Não	PSB	Servidor Público/Advogado	Sim
Verônica	2001	Não	Sim	Não	Servidora Pública/Advogada	Não
Marta	2002	Sim	Sim	Não	Servidora Pública/Assistente Social	Sim
Miguel	2004	Não	Sim	PT	Dirigente (PT)	Sim
Paulo	2006	Não	Não	PCdoB	Cargo Comissionado	Não
Bianca	2007	Sim	Sim	Não	Servidora Pública/Professora	Não
Cristiano	2008	Sim	Não	PCdoB	Cargo Comissionado	Sim
Carlos	2009 e 2010	Sim	Sim	PCdoB	Cargo Comissionado/Dirigente e Educador Técnico	Sim
Lucas	2011	Não	Não	Não	Cargo Comissionado	Não
Felipe	2012	Não	Não	Não	Servidor Público/Policial Militar	Não
Mônica	2014	Sim	Sim	Consulta Popular	Militante Profissional	Sim

Luciana (vice- presidente)	2015	Não	Sim	Não	Militante Profissional	Sim
--------------------------------------	------	-----	-----	-----	---------------------------	-----

Fonte: a autora

Anteriormente foram apresentados os espaços em que os militantes estudantis se engajam e como eles atuam no movimento estudantil, a tabela acima apresenta informações sobre o perfil dos ex-presidentes do DCE que são relevantes para a comunicação em tela. Nesse sentido, algo revelador da tabela diz respeito à participação da mulher ocupando o cargo de presidente do DCE, em relação a isso, a pesquisa demonstrou que tal participação aumentou a partir dos anos 2000, tendo em vista que na década de 1980, duas mulheres foram presidentes do DCE e na década de 1990, nada foi encontrado indicando que houve uma mulher na presidência da entidade (SANTOS, 2016). Por outro lado, entre 2000 e 2015, quatro mulheres foram eleitas para assumir o cargo. Em quase todas as gestões da entidade representativa houve a presença de mulheres ocupando cargos na diretoria executiva, com exceção da gestão de 2010, que foi formada exclusivamente por homens; nas gestões de 2009, 2011 e 2012 conseguimos obter a informação que os cargos de presidente, vice-presidente e secretário geral foram ocupados por militantes do sexo masculino, sendo estes os cargos mais importantes. Como veremos no segundo tópico, todas essas gestões fazem parte da chapa “Integração” (2008-2012) formada principalmente por militantes filiados ao PCdoB.

Nessa primeira parte do artigo buscamos até o momento apresentar principalmente os múltiplos engajamentos e formas de atuação dos militantes estudantis, em linha mais gerais apresentamos algumas informações sobre o perfil dos ex-presidentes do DCE. Nesse sentido, destacamos o engajamento em partidos políticos, algo que ganhou destaque durante a pesquisa, pois 64,1% dos militantes que responderam ao questionário afirmaram que não participam ou participaram de partidos políticos, e 50,0% dos ex-presidentes afirmaram não ser filiados a partidos. Nos dois casos, todos eles defenderam um movimento estudantil apartidário. Diante disso, o subtópico a seguir busca compreender os significados do apartidarismo no movimento estudantil em discussão.

1. 2 Significados do apartidarismo

Os significados do apartidarismo foi um dos temas tratados por Mische (2008) em seu estudo sobre o movimento estudantil brasileiro. Autora observou o discurso do apartidarismo a partir do discurso utilizado por estudantes, representado pelo grito do “sem partido” nos protestos do “Fora Collor” em 1992. Desse mesmo modo, pudemos observar essa reivindicação em cartazes, panfletos e jornais elaborados por alguns movimentos estudantis da UFS tanto na década de 1990 quanto após os anos 2000, foi ouvido, por exemplo, durante os ciclos de protestos em junho 2013, tanto em Aracaju quanto em várias cidades do Brasil (SANTOS, 2016; GOHN, 2014). A partir da análise, percebemos que esse discurso do “sem partido” revela um processo de transformação nos tipos de relações com os partidos políticos e da imagem que os militantes querem construir sobre o movimento estudantil que fazem parte.

Os discursos do “apartidarismo”, do “antipartidarismo” e do “partidarismo” é um elemento organizador no movimento estudantil em análise. Em todas as entrevistas e conversas, os militantes revelaram, em alguma medida, que seus grupos tinham algum militante filiado a partidos políticos ou que participavam da juventude de algum partido. Alguns grupos afirmaram que tinha filiações partidárias e defenderam a importância do partido político na formação pessoal e política dos estudantes que militam, bem como, para a construção do movimento estudantil. Por outro lado, outros grupos não admitiram se havia ou não militantes filiados a partidos e se estabeleciam ou não articulações com eles, contudo vale ressaltar a fala do presidente da gestão de 2008 “todas as gestões tem vínculos com partidos, umas admitem, outras não”.

Já no movimento estudantil da UFS, o termo “apartidário” recebe sentidos semelhantes aos que Mische (2008) observou. Assim, classificamos que o termo “apartidário” é utilizado para deslegitimar o discurso das lideranças estudantis que são intransigentes às ações dos partidos dentro da universidade, pois ser “apartidário” recebe o sentido de ser “despolitizado”, uma vez que na concepção de alguns grupos estudantis o partido político é importante para a formação política, para uma visão estratégica mais ampla e para a organização do movimento estudantil; o “apartidarismo”, em segundo lugar, tem um sentido de “autonomia relativa” em relação aos partidos políticos, o movimento, mesmo que se articule e tenha militantes filiados ao partido, deve ser “livre” para suas tomadas de posição.

Contudo, isso não interfere na troca de experiências e nas contribuições que os militantes com múltiplo engajamento oferecem para o movimento estudantil de que faz

parte; em terceiro lugar, o “apartidarismo” como sinônimo de “antipartidarismo” – segundo alguns militantes, há uma confusão dentro dos movimentos estudantis em relação a esses dois termos em achar que ser “apartidário” é ser contra partidos, ser contra a articulação e a existência de partidos; por fim, o “apartidarismo” como uma “máscara de manipulação”, tanto no sentido utilizado por Mische (2008) quanto por Goffman (2009), em que os movimentos estudantis se representam como “apartidários” para deslegitimar o discurso dos seus opositores considerados “partidários”, para também recrutar e mobilizar calouros, como ainda para apoiar um discurso aparentemente coletivo e ligado a reivindicações populares.

Abaixo um depoimento de Marta ex-presidenta (ver tabela 1) do DCE que relata, entre outras coisas, como o discurso do apartidarismo é utilizado para deslegitimar ações:

Mesmo o movimento estudantil secundarista, uma das questões, assim, que é difícil de trabalhar porque às vezes as pessoas interpretam de um jeito que despolitiza a coisa. Eu sempre tive um posicionamento crítico com relação ao aparelhamento partidário no movimento estudantil, o que quer dizer isso? Como que eu via isso e vejo isso hoje: o movimento estudantil é uma coisa... Livre, assim, acho que a interferência no movimento estudantil, externo, muitas vezes elas são altamente prejudiciais porque a forma como lidar com o jovem com aquela questão muitas vezes faz com que afaste a liderança da real pauta local, daquela escola ou daquela universidade, do movimento estudantil, para muitas vezes atender pautas externas outras que muitas vezes não têm sentido com a questão mais de movimento coletivo e se direciona pra muitas vezes projetos pessoais [...]. Enfim, isso sempre foi um conteúdo que algumas pessoas até usavam contra mim, assim, querendo taxar de que a gente fazia um discurso apartidário, não é que eu não ache que os partidos, não sejam importantes. Eles são importantes, eles têm um papel importante, lógico, lógico, mas as decisões do movimento estudantil elas não podem ser tomadas fora do espaço do movimento estudantil.

O depoimento acima deixa claro que há um interesse externo dos partidos políticos, de sindicatos e movimentos sociais em construir redes dentro da universidade, de construir uma juventude que se organize e que mobilize militantes e eleitores para um determinado candidato político. Alinhar as pautas dos movimentos estudantis, as pautas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos é uma estratégia desse recrutamento de militantes e eleitores. Como no relato acima, alguns movimentos estudantis e lideranças são mais “intransigentes” com relação a esse alinhamento de pautas com partidos políticos, contudo, o que se observa é que sempre há um diálogo

seja com pautas de sindicatos ou de movimentos sociais externos à universidade, e que a autonomia dos movimentos estudantis é relativa por conta dos múltiplos vínculos militantes e partidários que as lideranças possuem, pois observamos com base nos relatos e observações participantes que as decisões tomadas no movimento estudantil às vezes dependem de decisões e interesses dos partidos políticos que as lideranças estudantis fazem parte.

Alguns militantes atuam no movimento estudantil e no partido político desde o movimento secundarista, assim o processo de “formação ideológica e política” já acontecem nesse período (ver tabela 1). Vários relatos e entrevistas durante a pesquisa demonstraram que os militantes se engajam e veem nos partidos políticos uma oportunidade para reivindicar de forma mais ampla algumas demandas que estão diretamente associadas as suas condições sociais, por exemplo, a falta de acesso a educação, a moradia, a segurança e a serviços públicos de qualidade. Assim, a relação com os partidos políticos vai além de uma visão racionalizada do engajamento dos militantes na organização, pois como esboçaram alguns dirigentes, o partido político “dá um norte, uma segurança e uma continuidade na militância e na política”.

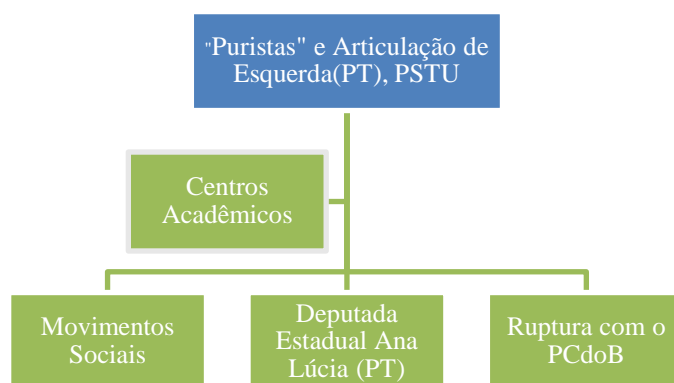
Portanto, admitir ou não que faz parte de partidos políticos é uma estratégia dos movimentos estudantis. Em determinadas circunstâncias é mais conveniente que os militantes “escondam” suas bandeiras para mobilizar novos membros para o movimento estudantil; em outros momentos, as bandeiras podem legitimar a ação das lideranças do movimento estudantil diante dos seus parceiros e apoiadores políticos (movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos). Além disso, algo que de fato faz parte da relação entre movimento estudantil e partido político, é o reconhecimento da importância desse último para a construção e manutenção do movimento e da continuidade dos militantes na participação política de forma mais ampla.

2. Processo de construção e organização da Gestão: eleições, repertórios organizacionais e causas defendidas

Sobre questões formais e normativas de como se constrói uma gestão, destaca-se que o tempo de cada gestão é de um ano, contudo, algumas gestões passam quase dois anos por conta de greves e problemas na transição de uma gestão para outra. O processo eleitoral envolve algumas etapas, entre elas a realização de uma reunião do

Conselho Estudantil de Base (CEBs) para que os CAs, DCs e movimentos estudantis possam se inscrever e lançar chapas. Também, as eleições são orientadas por um calendário que define o período de inscrição das chapas, o período de campanha e o período de votação, de contagem dos votos e da posse da chapa eleita para assumir a gestão do DCE. Analisamos a formação das gestões a partir dessas etapas, observando principalmente tudo aquilo que poderia caracterizar o modelo de organização e os repertórios organizacionais de cada gestão, neste sentido, seguindo as contribuições de Clemens (2010), que entende que as construções dos modelos organizacionais podem ser tanto de base objetiva quanto subjetiva.

Para melhor ilustrar como era formada a “composição de força” das gestões, elaboramos organogramas para mostrar a estrutura hierárquica e as redes de relações de cada gestão. Assim, o primeiro organograma é da gestão *Com Posição* de 1999/2000.



Fonte: a autora

Essa chapa surgiu a partir de um processo que articulava inicialmente a Juventude Ativa⁶ (PT) e militantes do PCdoB. Os dirigentes da chapa *Com Posição* vinham de um processo de atuação em oposição ao DCE desde os anos de 1995, quando havia essa aliança entre os dois partidos e suas juventudes, porém, essa aliança não permanece nos anos 2000. Segundo o presidente da gestão de 2000, a Juventude Ativa estava fragilizada, por conta de problemas internos, deixando de existir no final da década de 1990, momento em que o PCdoB já estava afastado do grupo (SANTOS; SANTOS; OLIVEIRA, 2015; SANTOS, 2016). O PCdoB foi convidado a sair da composição que formou a gestão, por conta da “política de trocas de favores” que o

⁶ Ver CRUZ. **Da autonomia à resistência democrática**: Movimento Estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. (Tese de doutorado em História). UFBA, 2012.

mesmo fazia na universidade. Além da saída do partido, o ex-presidente ressalta que também os militantes mais experientes que faziam parte do grupo se afastaram ou terminaram o curso, ficando apenas os militantes mais independentes, que foram intitulados pelo grupo de oposição de “puristas”⁷.

Portanto, a chapa foi formada por militantes “puristas” dos cursos de Engenharia Civil, Física, de alguns cursos das Ciências Humanas e uma liderança do curso de Medicina, fazia parte também da composição a Articulação de Esquerda (PT), que tinha como apoio externo à universidade naquele período a atual deputada estadual de Sergipe Ana Lúcia Viera Menezes (PT) e simpatizantes e militantes do PSTU. Os grupos que faziam oposição eram dois, que antes estavam na direção do DCE, ou seja, que eram a “situação” na gestão de 1998/1999, uma chapa era formada por militantes de centros acadêmicos e a outra por militantes do PCdoB.

A gestão *Com Posição* se organizava a partir do modelo de organização “movimento estudantil como grêmiação e como movimento social”, como apresentado na introdução. Em termos de repertórios organizacionais utilizados para defesa das reivindicações dentro da universidade, consistia em ações menos conflituosas com a Reitoria – a relação que era estabelecida com o reitor era de diálogo, mas quando necessário faziam-se atos como “apitação” nas salas de aula, ocupações na reitoria e em outros espaços do campus. Segundo Pedro, grande parte das pautas reivindicadas durante a sua gestão foram atendidas pelo reitor e suas redes de relações eram principalmente com movimentos sociais, como MST e com políticos do PT.

Dando continuidade à política e à forma de organização da gestão *Com Posição*, a gestão *Mantendo Posição* 2000/2001 teve como presidente uma mulher, a primeira dos anos 2000. Essa chapa contou com menos aliados, formada principalmente por militantes independentes e por um representante do PSTU. Tinha como grupos de oposição o PT e o PCdoB, contudo, apenas esse último partido lançou chapa de oposição. O modelo de organização da gestão *Mantendo a Posição*, diferentemente da gestão anterior, se configura como um “movimento estudantil gremial”. Baseada numa política “feijão com arroz” que significava que a gestão estava mais preocupada com questões do cotidiano do estudante na universidade do que com questões como, por exemplo, “Fora FHC” que era defendida por outros movimentos na Universidade.

⁷ Foram intitulados de “puristas” por que não eram filiados ou militavam em partidos políticos.

A gestão também não estabelecia uma relação com a UNE, pois, segundo ex-presidente Verônica (ver tabela 1), era a entidade que financiava as campanhas e as festas do movimento estudantil que era orientado pelo PCdoB dentro da universidade, como a sua gestão não fazia a defesa de pautas nacionais, não tinha uma relação próxima com a UNE, apenas o vice-presidente da chapa frequentava congressos e eventos, uma vez que ele achava importante participar desses espaços. Com relação aos repertórios organizacionais a gestão tinha redes de relações fracas com movimentos sociais e partidos políticos, apesar de que Verônica ressalta que articulação com sindicatos da universidade e centrais dos trabalhadores, em algumas situações era obrigatória. As reivindicações das demandas estudantis principalmente eram feitas por meio de ofícios e reuniões na reitoria.

O único momento que Verônica ressalta que havia um embate maior com a Reitoria era durante o período que antecedia as greves, mas, mesmo nesses momentos, ela não sentiu e nem sofreu nenhum tipo de represália ou retaliação. Neste sentido, a gestão procurava estabelecer repertórios menos contestatórios, se utilizavam mais da “conversa” para resolver os problemas dos estudantes na universidade.

Os grupos *Com Posição e Mantendo Posição*, nas eleições de 2002/2003, não lançaram chapas. A formação da chapa de 2001/2002 contou com poucos aliados porque muitos militantes da gestão anterior tinham se formado e começado a trabalhar, uma vez que eles defendiam a política do “estudante profissional”; outro motivo, é que eles eram contra a “política de troca de favores” que era estabelecida entre partidos políticos e movimentos estudantis, que gerava uma dependência entre o movimento com relação ao partido. A ruptura do representante do PSTU com a gestão *Mantendo Posição* se deu justamente pelo fato de que o representante “queria fazer política partidária dentro do DCE” e era algo que a presidente da gestão não aceitava. Quando questionamos a Verônica os motivos pelos quais não continuou lançando chapa, ela ressalta dois motivos:

Eu acho que têm dois motivos que eram muito fortes, assim, o primeiro deles é esse que eu lhe falei, não estávamos ali para fazer política, nós estávamos ali para fazer uma colaboração, pra mim isso estava muito claro, até pela maneira como a gente entrou, como eu entrei, pelo menos, e como eu saí: entrei estudante, saí estudante; eu tinha outros propósitos de vida, aquilo foi uma colaboração. O outro motivo muito importante é que é muito difícil lutar contra um movimento já estabelecido. Então, é o que eu quero dizer é que nós éramos muito idealistas, nós fazíamos uma política bacana, nós

tínhamos uma discussão boa, mas justamente por isso nós sofremos muita pressão, talvez não estamos nas grandes discussões políticas, fazendo parte dos fóruns que aconteciam nacionalmente.

Vale ressaltar como demonstrado na Tabela 1 que Verônica não participou de movimento secundarista, nem de partidos políticos, nem se tornou uma militante profissional e não continuou na militância quando saiu da estudante, como ela menciona na citação acima “entrei estudante, saí estudante; eu tinha outros propósitos de vida, aquilo foi uma colaboração”, suas redes de relações estabelecidas no movimento estudantil não eram densas, bem como, procurava dedicar-se primeiramente aos estudos e depois aos compromissos da militância, o que tornava inviável a sua presença em reuniões, encontros e congressos fundamentais para estabelecer contatos e aliados.

O modelo de organização da próxima gestão é o de “movimento estudantil como movimento social e como gremiação”, intitulada *Sem Medo de Transformar* 2002/2003, o organograma abaixo ilustra sua “composição de força”.



Fonte: a autora

Formada praticamente por militantes sem vinculação partidária, a gestão *Sem Medo de Transformar* tinha dois militantes filiados ao PT e um militante filiado ao PSTU. Tinha como grupos opositores a União da Juventude Socialista (UJS) e o PCdoB, que lançaram chapa na eleição; duas chapas lançadas pelo PT, uma ligada à Articulação de Esquerda apoiada pela atual deputada estadual Ana Lúcia Vieira; a outra, que estava ligada à “articulação de direita” do PT, que se articulava com alguns militantes do PCdoB e estava ligada à política de Marcelo Déda (PT)⁸.

⁸ Marcelo Déda foi prefeito de Aracaju no período 2001-2006 e governador de Sergipe no período 2007-2013, o político teve uma longa trajetória no movimento estudantil universitário na década de 80, chegando a ocupar o cargo de presidente da entidade.

Houve diversos conflitos durante o processo eleitoral e formação da gestão. Os principais problemas diziam respeito às fraudes no processo eleitoral e aos interesses dos partidos políticos em ocupar a direção do DCE. Devido às fraudes, Segundo Marta, presidente da gestão, foi instituído o voto eletrônico, e as urnas foram cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Segundo a ex-dirigente, era preciso dormir na reitoria junto com as urnas para assegurar que elas não fossem roubadas. Não muito distante do processo eleitoral da política eletiva, o roubo de urna e a fraude de votos é algo frequente na história do movimento estudantil da UFS. Um exemplo disso ocorreu nas eleições de 2014/2015, em que a chapa de oposição do DCE, o Liberte-se, postou na sua página do *facebook* a denúncia de alguns estudantes que não tinham votado durante as eleições, mas cujo nome constava na lista de votantes⁹.

As fraudes não ocorrem apenas no processo eleitoral e nem foi característico de uma gestão isolada, tais eventos fazem parte da dinâmica e do jogo político do movimento estudantil analisado e está presente nas assembleias estudantis, nos CEBs e no DCE. O que se diferencia, acreditamos, são algumas ações de militantes no interior de determinados movimentos estudantis que procuram defender a “autonomia” do movimento, ou seja, se posicionando contra a interferência dos sindicatos, dos partidos políticos e de movimentos sociais durante e depois do processo eleitoral, além disso, tentar promover novas formas de organização.

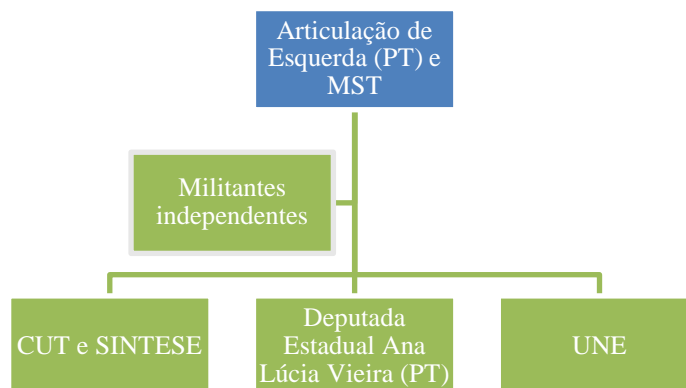
Neste sentido, a formação da chapa de Marta e sua gestão foram baseadas em uma política que buscava por um lado, dialogar com outras organizações políticas, por outro, buscava delimitar fronteiras de até onde essas outras organizações podiam interferir na política estudantil. Observamos nessa gestão um conflito entre os dirigentes da gestão, pois aqueles com múltiplo engajamento tinham mais dificuldade de unir a pauta do partido político com a pauta do movimento estudantil expressado pelo DCE em 2002/2003. A gestão *Sem Medo de Transformar*, era contra a atuação daqueles conhecidos como, “capa preta”¹⁰, que era geralmente alguma pessoa externa à UFS, ligada a algum partido político, que faz manobras para fraudar e burlar processos eleitorais do DCE.

⁹Ver em:

<<https://www.facebook.com/liberteseufs/photos/a.323266797863507.1073741828.322610957929091/327147554142098/?type=3&theater>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

¹⁰ Termo nativo utilizado pela presidente da gestão *Sem Medo de Transformar*.

Um modelo diferente de organização e de ação se apresenta na gestão seguinte. A gestão *Viver na Luta Construindo a História* 2004/2005 foi formada majoritariamente por militantes da Articulação de Esquerda (PT), por militantes do MST e por militantes sem filiação. Como o organograma ilustra abaixo:



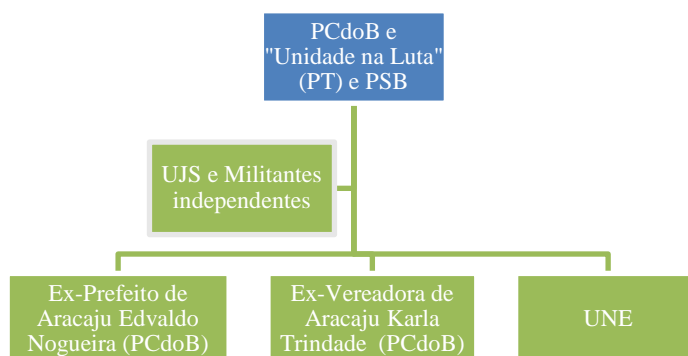
Fonte: a autora

Os dirigentes da chapa eram militantes engajados e com uma carreira militante na Articulação de Esquerda e no MST, o que configurava uma forma de organização que via o “movimento estudantil como movimento social”. As pautas e os repertórios organizacionais, bem como a representação dos estudantes foram marcados por um forte alinhamento de suas pautas e de organização com as dessas outras organizações políticas. Os grupos de oposição UJS/PCdoB, mais o PT e o PSB; a União da Juventude Comunista/PCB; e a união do PCB, PPS/PTB e PCdoB, lançaram chapas e foram os grupos de oposição durante a gestão *Viver na Luta Construindo a História*. Segundo Miguel, presidente do DCE em 2004, o PT nunca atuou unificado na universidade, as tendências faziam articulações com partidos políticos diferentes.

Segundo Miguel, a campanha foi financiada pelos próprios estudantes por meio da venda de comida e de doações, pois “não aceitamos doações de empresários, tínhamos autonomia política”. Contudo, essa autonomia política era demasiadamente relativa, pois o múltiplo engajamento dos dirigentes do DCE os afastava dos compromissos diários da representação estudantil, o que por um lado fazia com que enfraquecesse a articulação e representação estudantil na UFS, e por outro lado a articulação se fortalecia com sindicatos, centrais sindicais e com a UNE. Além disso, havia doações de recursos materiais e em alguns casos financeiros para a realização calouradas.

Houve um período que o presidente da gestão se afastou e nesse momento foi descoberto que o tesoureiro da gestão tinha desviado verba do DCE para usar na sua campanha eleitoral, tal desvio foi comprovado judicialmente pelo Ministério Público Federal. Esse evento causou o rompimento de laços com alguns militantes que não tinham filiação partidária e com outros que eram filiados ao PT, posteriormente parte desse grupo que rompe vai formar a juventude do PSOL na universidade.

A gestão seguinte se organiza a partir de um do modelo de “movimento estudantil como gremiação”. Assim como a gestão anterior, a chapa tinha uma força política partidária muito clara atuando, influenciando e financiando as pautas, os eventos e as ações do DCE. Alguns dos seus dirigentes eram filiados e já tinham uma trajetória longa de militância no PCdoB e na UJS. As pautas defendidas faziam parte, principalmente do cotidiano dos estudantes, apesar de defenderem pautas nacionais, uma vez que mantinham uma forte articulação com a UNE. Desta forma, o organograma abaixo elucida a “composição de força” da chapa *Mudança* 2005/2006:



Fonte: a autora

Os grupos de oposição à gestão *Mudança* que lançaram chapa foram Articulação de Esquerda (PT) e mais “militantes independentes”; PTB e PCB também lançaram. Dois eventos que ocorreram no contexto político antes e durante a formação e a gestão 2005/2006 modificaram a dinâmica de organização e as relações de alianças entre alguns grupos: o primeiro evento ocorreu em 2005 com o surgimento do PSOL nacionalmente – em Aracaju o partido surgiu no mesmo período; o outro evento é a entrada de Edvaldo Nogueira (PCdoB) na Prefeitura de Aracaju e de Karla Trindade (PCdoB)¹¹ na Câmara Municipal de Aracaju. Paulo, presidente da gestão *Mudança* em

¹¹ Os dois políticos tiveram uma longa trajetória no movimento estudantil secundarista e universitário. O primeiro, na década de 80, chegando a ocupar o cargo de presidente do DCE, na política eletiva entra na prefeitura como vice-prefeito, fica nesse cargo entre 2001 e 2006, em 2006 assume como prefeito e fica nesse cargo até 2012; já Karla Trindade tem uma trajetória de militância principalmente no movimento

2008, já era filiado e militava no PCdoB, deixa o movimento estudantil para assumir o cargo de secretário geral do PCdoB estadual. O vínculo institucional do ex-presidente do DCE Paulo, através da ocupação de cargos comissionados (ver tabela 1), de Edvaldo Nogueira e de Karla Trindade, será de suma importância para a permanência das gestões *Integração* durante o período de 2008 a 2012, uma vez que permitiu aos militantes mobilizar recursos financeiros, materiais e humanos, para desenvolver projetos na Universidade, para produzir material da campanha eleitoral e para fazer calouradas.

A gestão *Amanhã há de Ser Outro Dia* 2006/2007 foi formada, em parte, pelos militantes que romperam com a gestão *Viver na Luta Construindo a História*. O organograma abaixo explica a “composição de forças” da chapa:



Fonte: a autora

A gestão *Amanhã há de Ser Outro Dia* trouxe uma proposta diferente de organização das vistas anteriormente, bem como das gestões seguintes a ela: o modelo de organização horizontal. Neste sentido, tal gestão buscava se organizar por meio da lógica de cooperativa, de “movimento estudantil como movimento social e como gremiação”. Segundo Bianca, presidente da gestão, eles se organizavam a partir de um modelo de ação em que não havia hierarquia e que as tarefas eram divididas conforme a disponibilidade e habilidade das pessoas. Praticamente todas as gestões dividem as tarefas desta forma: disponibilidade de tempo do militante, habilidades específicas, se possui algum cargo ou não no DCE ou em CAs. Em algumas gestões observamos que não se leva em consideração a disponibilidade de tempo, a tarefa é passada e o militante tem que cumprir independentemente que ele tenha outras obrigações, como as acadêmicas, por exemplo.

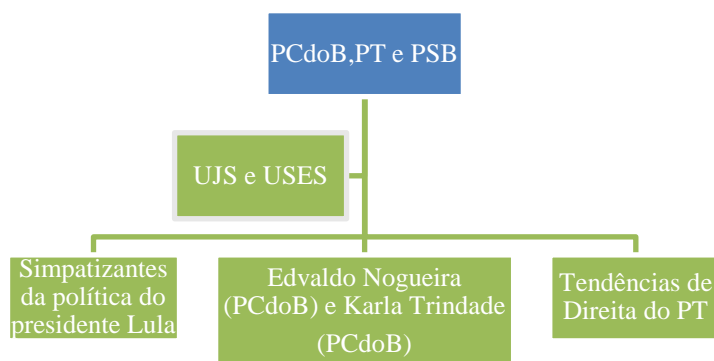
secundarista na década de 90 e depois no universitário no início dos anos 2000, se torna vereadora de Aracaju entre 2008 e 2012.

Como vimos no organograma, a gestão foi formada principalmente por militantes independentes e pelo Movimento Resistência e Luta (MRL), formado principalmente por militantes do PSOL, por militantes anarquistas e por militantes de outros movimentos sociais. O modelo de horizontalidade defendido pela gestão, segundo Bianca, na prática era difícil de ser mantido, pois havia uma “estrutura tradicional hierarquizada” baseada no estatuto do DCE em que, em determinadas reuniões com o Reitor era preciso e ele só aceitava a presença do (a) presidente da entidade, o que se tornava um obstáculo para esse modelo se manter.

A gestão reivindicava principalmente melhorias na assistência estudantil, contra a precarização das universidades, melhorias no restaurante universitário, mas a causa mais reivindicada e que marcou toda atuação da gestão foram as manifestações, protestos, reuniões e ocupações realizadas contra a forma que o REUNI estava sendo implementado nas universidades. Nesse período, ano de 2007, o DCE, de forma conjunta com o Movimento Resistência e Luta, deflagrou greve dos estudantes e ocuparam a reitoria.

Nesse contexto de protestos “contra” políticas de expansão universitária, de um lado tínhamos o PSOL, que nesse momento era uma força política forte dentro da universidade, recrutando muitos militantes que já não se reconheciam com o PT e nem se sentiam representados pelo PCdoB, além disso, os dirigentes do partido no estado eram professores e estudantes universitários, contavam com o apoio do PSTU. Por outro lado, tínhamos o PCdoB, cujo candidato, Edvaldo Nogueira, tinha recentemente assumido a prefeitura de Aracaju, e a UJS e seus militantes que atuavam na universidade, estavam tentando mobilizar novos estudantes: os cotistas e os estudantes do ensino a distância. O PCdoB contava com o apoio de algumas tendências de direita do PT e o que eles chamavam de “Bloco de Lula”, que era composto pelo PCdoB, PT e PSB, todos eles eram a favor da expansão universitária.

As cinco gestões a seguir, conhecidas como *Integração*, foram formadas majoritariamente pela UJS/PCdoB. O organograma abaixo elucidada a “composição de força” da chapa *Integração Para Mudar 2007/2008*.



Fonte: a autora

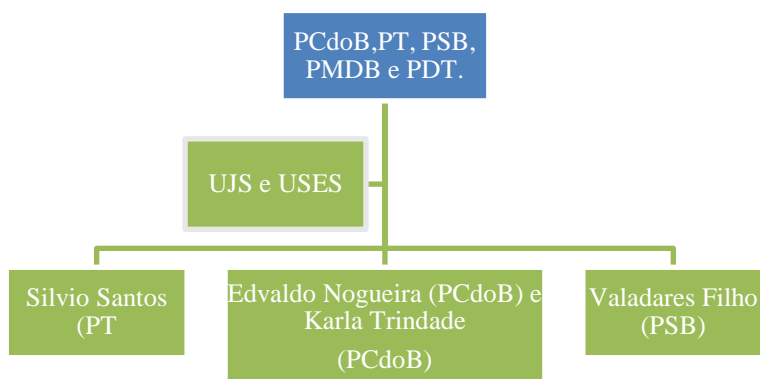
A oposição foi formada por PSOL, PSTU e a Articulação de Esquerda do PT, que antes atuavam juntos e depois romperam. Esse primeiro ano de gestão foi marcado pela implementação de vários projetos: Projeto Trilhas, Projeto Línguas, Projeto Libras e Olimpíadas Universitárias. Nesse período o DCE já não recebia nenhum repasse da Reitoria, através das taxas de matrículas, uma vez que já não existia mais a cobrança, como também não era vendida mais a carteirinha de estudante da UNE, pois o prefeito na época, Edvaldo Nogueira (PCdoB), instituiu a meia-passageira para estudantes, na qual a carteira de estudante que servia para transporte é vinculada ao SETRANSP e não mais à UNE ou ao DCE. Portanto, o DCE passa a ter uma arrecadação através dos projetos citados anteriormente, nos quais os alunos faziam cursos de inglês, espanhol, francês a um preço popular, como também faziam curso de Libras e viagens a um preço inferior ao do mercado.

Cristiano, presidente da gestão 2007/2008, já tinha uma trajetória no movimento secundarista e na UJS (ver tabela 1), o que possibilitou que ele mobilizasse muitos contatos e formasse uma chapa com muitos apoiadores; segundo o presidente, ao todo eram 108 estudantes que apoiavam a chapa, entre militantes com filiação, militantes da UJS e “militantes independentes”. Uma das estratégias da gestão era apoiar o projeto de expansão universitária, estabelecer uma relação de diálogo e de apoio com a Reitoria, mobilizar os alunos do ensino a distância, além disso, as gestões *Integração* foram marcadas pelas festas de calouradas. Outra estratégia das gestões era não realizar CEBs e assembleias estudantis regularmente para os estudantes, os CAs e DAs participarem e discutirem as propostas e decisões do DCE.

Em entrevista a um blog da UFS, Cristiano fala que a proposta de sua gestão é “construir um DCE que represente de fato os estudantes da UFS, sem estar filiado a

partidos políticos ou qualquer outra entidade”¹². Tal fala não condiz com a própria formação da chapa e a trajetória das gestões do grupo *Integração*, mas como discutido anteriormente, “mascarar” a vinculação com partidos políticos é uma estratégia utilizada principalmente para mobilizar estudantes para participar do movimento.

A próxima gestão *Integração Sempre em Frente* 2008/2009 foi presidida por um estudante que já tinha uma militância no movimento estudantil secundarista, e suas experiências de militância política anteriores transitaram entre o PT e movimentos sociais como o MST. O organograma abaixo explica a “composição de força”:



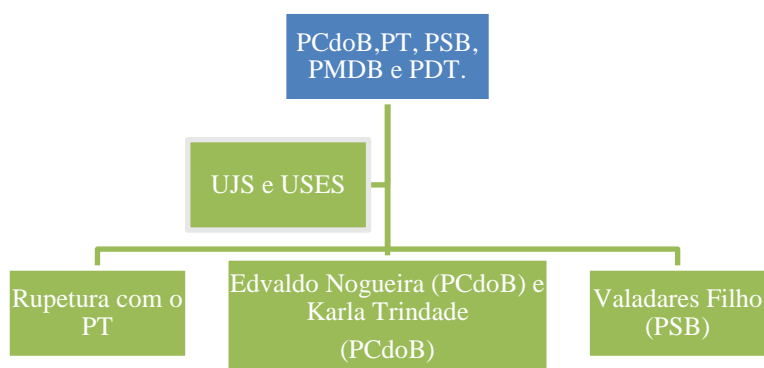
Fonte: a autora

Grupo de oposição PSC, PSTU e PSOL faziam oposição, mas não lançaram chapa, ou seja, as eleições para o DCE em 2008/2009 foi de chapa única, porém fizeram oposição utilizando outros recursos. Segundo Carlos, presidente da gestão *Integração Sempre em Frente*, o PSOL e o PSC “fizeram um estrago grande nas eleições, que foi uma das eleições que menos teve participação porque os caras botaram um monte de caixão nos corredores dizendo que o DCE estava morto e tal”. Carlos revela que suas gestões, tanto a primeira quanto a segunda que presidiu, assumiram uma política governista, e que sua “política era de massa”, pois a universidade estava em um “momento de massa”, e por isso suas ações eram voltadas a apoiar os projetos de expansão universitária. O ex-dirigente também destaca que sempre buscava apoio junto aos políticos partidários apoiadores, quando não conseguia recursos financeiros e materiais para as calouradas com o PCdoB, ele tentava através do PSB.

¹² Ver mais <<http://blog-contexto-ufs.blogspot.com.br/2007/12/80-de-abstenes-nas-eleies-para-o-dce.html> acessado em 20/08/2015>, acesso em: 11 nov. 2015.

A próxima gestão foi presidida também por Carlos; intitulada *Integração Agora só Falta Você* 2009/2010, tinha o mesmo modelo de organização, defendia as mesmas pautas e se utilizava dos mesmos repertórios organizacionais para mobilizar novos militantes e para defender suas reivindicações. Contudo, nessa gestão, as tendências de direita do PT rompem com o PCdoB e seus apoiadores.

O organograma abaixo apresenta a “composição de força” da gestão nesse período:



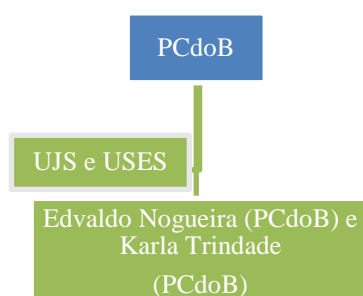
Fonte: a autora

Os grupos que faziam oposição e que lançaram chapa foram PCB, PSTU e PSOL, e PT. Algo ressaltado pelo próprio presidente da gestão com relação ao processo eleitoral foi o surgimento do ensino a distância e a ruptura do PT. O ensino a distância trouxe um novo público de eleitores para a universidade, esse público passa ser disputado pela juventude militante do PT no movimento estudantil, segundo Carlos esse foi um dos principais motivos para o rompimento.

Como veremos nas duas últimas gestões do grupo *Integração*, ela começa a perder força por alguns fatores como a defesa de “uma política de massa em detrimento de uma política normativa”, ou seja, a gestão, assim como todas as outras, não seguia todas as regras do estatuto; as regras do estatuto do DCE, em que devem ocorrer CEBs e Assembleias Gerais regularmente, não estavam correspondendo às expectativas dos estudantes; a denúncia de desvio de dinheiro dos projetos trilhas, línguas e libras foi um evento que marcou as duas gestões seguintes e que proporcionou o fortalecimento da Consulta Popular e de algumas tendências do PT, como também, o desengajamento e o desgaste de alguns militantes do grupo *Integração*; o fim dos mandatos de Edvaldo Nogueira e de Karla Trindade na Prefeitura e na Câmara de Vereadores de Aracaju, respectivamente, diminuiu a fonte de recursos financeiros e materiais do grupo

Integração na universidade; por fim, o grupo *Integração* abandona o DCE e fecha as portas da entidade em 2013.

Desta feita, a gestão *Integração: Quem Vem Com Tudo Não Cansa* 2010/2011 já se configura de formada diferente das anteriores, com menos aliados, como ilustra o organograma abaixo:



Fonte: a autora

Em contrapartida, sua oposição se fortalece com as organizações Consulta Popular; MST e PT; PSOL e suas várias correntes e o PSTU; outras correntes do PT; o PSB; DEM e PSDB, que não lançaram chapa, mas faziam oposição ao DCE. A gestão fez protesto na universidade a favor da climatização das salas de aula; ainda nesse período, como mostra o organograma acima, tinha o apoio de Edvaldo Nogueira e Karla Trindade – a contribuição desses políticos para a organização do movimento estudantil não era só material ou financeira, era também simbólica, uma vez que esses políticos tiveram uma longa trajetória no movimento estudantil secundarista e universitário como dito anteriormente, e seus projetos políticos para cidade de Aracaju eram voltados principalmente para juventude, como por exemplo, a criação da Coordenação Municipal da Juventude, em que por conta das relações estabelecidas Carlos (ver tabela 1) foi convidado a assumir o cargo de coordenador da instituição.

A última gestão do grupo *Integração* que teve a mesma “composição de força” da anterior, foi intitulada *Integração: Se muito vale o já feito, mais vale o que será!* ganha as eleições com uma significativa diferença, como mostra a tabela abaixo:

Chapas	Total de votos
Integração	1975
O Novo Sempre Vem	1515
Chega de Migalhas	1338

Fonte: **blog da chapa “O Novo Sempre Vem”**¹³

Apesar da diferença e das importantes alianças institucionais que a gestão estabelecia, não só com a política eletiva, mas também com a Reitoria, normalmente mantendo uma relação de diálogo e nunca de confronto direto com o Reitor, alguns eventos promoveram sua perda de espaço, de poder e de representatividade do DCE. O evento mais marcante foi o desvio do dinheiro do projeto Trilhas, Todas as Línguas e Libras. É importante ressaltar que questionamos tanto os dirigentes do DCE da gestão *Integração* com relação a esse evento do desvio como os dirigentes de outras gestões que faziam oposição, bem como foram analisadas matérias de jornais eletrônicos que noticiaram tal acontecimento. A partir das denúncias feitas por estudantes ao Ministério Público Federal, foi comprovado que houve várias irregularidades, tanto por parte do DCE na forma de recolher o dinheiro, que era feito através de depósito em contas pessoais dos integrantes da gestão, como houve irresponsabilidade administrativa por parte da Reitoria, uma vez que gestores da Universidade apoiavam os projetos que eram realizados em parceria com Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest)¹⁴.

Havia um forte movimento de oposição, que além dessas denúncias, acusava a forma de ação das gestões *Integração* de ser assistencialista. O fato é que a partir dessa série de denúncias, mesmo que não tenham sido todas comprovadas, a UJS/PCdoB foi perdendo força ao passo que o grupo de oposição que tinha lançado chapa com o nome *O Novo Sempre Vem* foi ganhando força. Esse momento culmina, também é importante frisar, com o fim do mandato eletivo de Edvaldo Nogueira (PCdoB) e Karla Trindade (PCdoB).

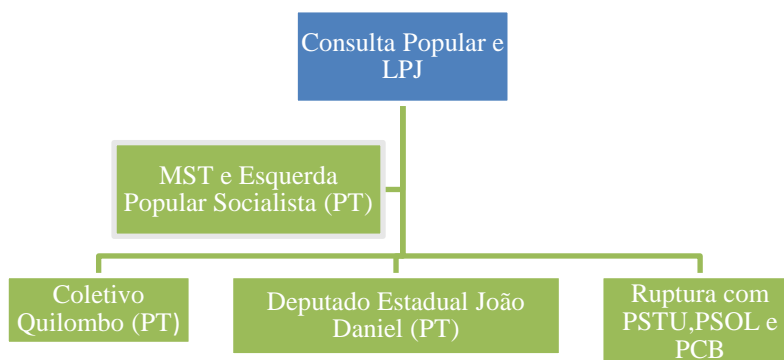
O grupo da chapa o *Novo Sempre Vem*, Segundo Mônica era “puro sangue”, que significa dizer que era formada apenas por um grupo LPJ/Consulta Popular, disputa a eleição seguinte com o nome *É Preciso Acordar 2013/2014*. Tal gestão imprime um modelo de organização diferente das gestões *Integração*, partindo de uma atuação em

¹³ Ver em: < <http://onovodceufs.blogspot.com.br/2011/11/resultado-final-das-eleicoes-do-dceufs.html> acessado em 23/12/2015 > acesso em 14 dez. 2015.

¹⁴ Até o momento em que a pesquisa estava sendo realizada, o Ministério Público Federal não havia arquivado o processo – quando estávamos fazendo a entrevista com Carlos, ele relatou que estava em Aracaju por conta de uma intimação do MPF para prestar esclarecimentos sobre esse acontecimento. Diferentemente do desvio do dinheiro do DCE durante a gestão de 2004, não houve nenhuma comprovação de desvio. Apenas os projetos suspeitos foram cancelados, e em qualquer forma de arrecadação de dinheiro na UFS deve ser gerada uma GRU cujo pagamento é feito via depósito na conta da União.

que entende o “movimento estudantil como movimento social”, a gestão seguinte estabelece alianças com movimentos populares, algumas correntes do PT e movimentos que pauta a causa de gênero.

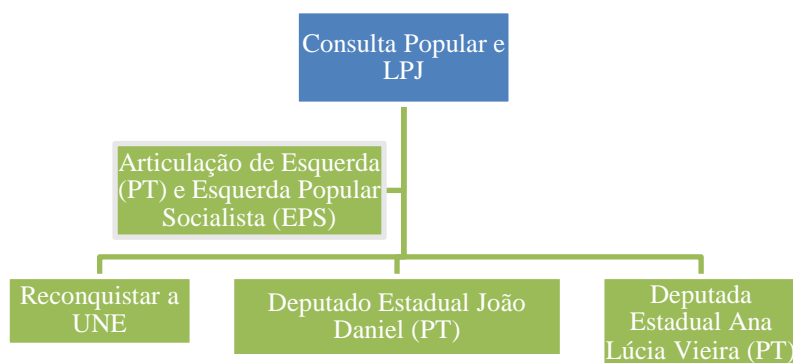
O organograma abaixo exemplifica a “composição de força” da gestão *É Preciso Acordar: por um DCE ativo e popular 2013/2014*:



Fonte: a autora

Os grupos de oposição que lançaram chapa foram UJC/PCB; ANEL/PSTU; e a aliança entre PT, PCdoB, PSB e PMDB, que formaram uma única chapa. O PSOL também era oposição, mas não lançaram chapa. A gestão contava com o apoio de estudantes de diferentes cursos e de todos os campi da UFS, suas principais propostas eram voltadas para os residentes, com propostas de auxílios estudantis, tinha um plano de ação também para melhorias do restaurante universitário e de reacender as atividades culturais na UFS; também defendia a proposta de 10% do PIB para Educação. A gestão lançava mão de repertórios simbólicos que utilizavam, principalmente, música, pinturas, também se manifestavam fora da Universidade contra a precariedade e aumento da tarifa no transporte público, utilizando tanto esses repertórios como também passeatas e atos públicos.

A gestão seguinte segue o mesmo modelo de organização, intitulada *É Preciso Avançar: com um DCE ativo e popular 2014/2015* tem a mesma “composição de força” da anterior, só que as alianças foram ampliadas. Abaixo, o organograma apresenta as novas alianças:



Fonte: a autora

O grupo de oposição que lançou chapa chamado Liberte-se, é apoiado pelo PSDB, DEM e Partido Novo, e pelos Estudantes Pela Liberdade ¹⁵. Mas a Rua: Juventude Anticapitalista/PSOL, ANEL/PSTU e a UJC/PCB fizeram oposição também à gestão. Uma das principais críticas feitas pelos grupos de oposição nas redes sociais (*facebook*) foi que o DCE denunciou em sua página os deputados envolvidos em desvio de verba das subvenções em Sergipe, mas não mencionou o deputado João Daniel (PT) por ser um dos políticos que apoiaram a chapa, e continuou apoiando a gestão.

A omissão de determinadas informações ou omitir-se diante de algumas pautas consideradas importantes pelos estudantes também revelam as redes de articulações dos movimentos estudantis, na medida em que observamos que as causas defendidas e colocadas em pauta pela gestão do DCE condizem com o mesmo projeto político do deputado estadual João Daniel (PT). A única chapa de oposição à gestão foi a do movimento Liberte-se, sendo este apresentado nas eleições como um movimento pluripartidário, contudo o que observamos durante a pesquisa foi que o movimento estabelecia redes de relações com partidos conservadores e era apoiado por partido político de direita e liberal.

A disputa entre esses dois grupos também era uma disputa partidária, entre os eleitores de Aécio Neves (PSDB) e os eleitores de Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2014. A “composição de força” da gestão de 2014/2015 fez campanha para reeleição da presidente Dilma Rousseff, contra o *impeachment* da atual presidente da República, e a favor do afastamento de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados. Por

¹⁵ É importante frisar que os militantes do movimento Liberte-se não declaram que tiveram apoio dos partidos políticos citados, porém, um dos dirigentes do movimento era filiado ao DEM, alguns deles foram voluntários nas campanhas eleitorais de Aécio Neves (PSDB). Alguns dirigentes do movimento relataram que frequentavam reuniões do Partido Novo. Além disso, obtivemos uma pesquisa do perfil dos militantes do movimento em que consta a filiação dos pais de um dirigente ao Partido Novo.

outro lado, o grupo Liberte-se fez campanha a favor do *impeachment* da presidente da República, mas não se manifestou contra Eduardo Cunha (PMDB) presidente da Câmara dos Deputados.

Com relação aos modelos de organização da gestão, identificamos em determinados momentos, que a sobreposição de engajamentos dos militantes e dirigentes do DCE, fazem com que a forma de organização do movimento estudantil se confunda com a do partido político e do movimento social que orientam a gestão. Essa confusão, segundo o secretário geral da gestão, se dá pelo fato de que a autonomia e as fronteiras que separam os compromissos partidários, associativos e do movimento estudantil são tênues, além disso, os espaços de socialização e formação política, em alguns momentos, são os mesmos.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo analisar os modelos de organização mobilizados e construídos por 13 gestões que atuaram no DCE entre 2000-2015. Tentamos compreender o “mundo das gestões” a partir dos atores, dos significados que eles davam ao termo “apartidarismo” no movimento estudantil, da forma que eles atuavam e de seus múltiplos engajamentos, em que medida tais questões se relacionavam com a escolha de modelos de organização a partir de uma análise processual e relacional de como se formava uma gestão.

Levamos em consideração as experiências pessoais dos atores, seus diferentes espaços e formas de atuação, as redes sociais das lideranças e o que os militantes achavam da participação dos partidos políticos no movimento estudantil, concluímos que esses aspectos influenciaram na construção de modelos de organização e nos recursos materiais, humanos e financeiros que os ex-presidentes da gestão mobilizavam, tanto para conseguir ocupar o cargo de presidente, como para manter seu movimento a frente do DCE por mais de um ano. Classificamos três formas de modelo de organização a partir dos próprios relatos dos ex-dirigentes do DCE: o primeiro modelo de organização corresponde ao “movimento estudantil como movimento social”; o segundo foi o de “movimento estudantil como grêmiação”; e o último modelo foi o de “movimento estudantil como movimento social e como grêmiação”.

Os resultados indicaram que as gestões que expressavam a política do primeiro modelo têm redes sociais mais diversificadas formadas principalmente por movimentos sociais ligados às causas populares, movimentos de juventudes, partidos políticos, sindicatos e coletivos. Percebemos que isso implicou em uma organização que demarcava de forma bastante clara quais eram o perfis de estudantes que eles representavam e mobilizavam na universidade; a saber, estudantes oriundos de escola pública e da periferia, negros, homossexuais, travestis e transexuais. Já o segundo modelo tem redes mais restritas a partidos políticos, movimento estudantil secundarista e a juventudes partidárias; esse tipo de organização deixou mais evidente as relações com partidos políticos e como isso implica em uma organização “governista”, isso na lógica do movimento significa dizer que está de acordo com a política do governo, defende e tem pouca autonomia. O último modelo tem redes sociais formadas principalmente por movimentos sociais, sindicatos e redes sociais menos influentes de partidos políticos; nessa composição notamos principalmente a ação de militantes independentes com uma ação contestatória maior em relação à penetração e influência dos partidos políticos no movimento estudantil, assim, diferente do modelo anterior, eles tinham mais autonomia para reivindicar demandas cotidianas dos estudantes.

Outro resultado evidenciado é que o engajamento dos militantes do movimento estudantil nos partidos políticos não resulta de um processo racionalizado de cooptação e de aparelhamento político, pelo contrário, é um processo que envolve as experiências pessoais desses atores, uma reflexão individual dos custos e benefícios da entrada no partido político e de um processo de socialização em espaços em que as estruturas de interação são formadas por lideranças partidárias, juventudes partidárias e juventudes independentes. Se por um lado a penetração dos partidos políticos no movimento estudantil de base e geral, é criticada tanto por militantes dos movimentos estudantis quanto pelos estudantes sem militância, por outro, os dirigentes e militantes reconhecem que os partidos políticos e movimentos sociais, além de outros apoiadores, são importantes para a construção do movimento estudantil universitário e para continuar atuando politicamente através dos partidos políticos, de movimentos sociais, de sindicatos, etc.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, Marcos Otávio. Mobilizações de bairro, repertórios de ação coletiva e trajetórias pessoais. **Revista Antropolítica**, Niterói, n.23; 2. sem. 2007. pp.43-65.
- COMBES, Hélène. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. **Sociologie et Sociétés**, vol. 41, n. 2, 2009. pp.161-188.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154, pp.1999.
- CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, jan/jul 2010, pp. 161-218.
- GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina - elementos para uma abordagem comparada. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.22, no. 44, dez. 2009. pp.323-354.
- GOLDSTONE, Jack A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structure to relational fields. **Theory and society**, v. 33, p. 333-365, 2004.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.28, set/dez. 2011. pp.18-51.
- MESQUITA, MR. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, out. 2003. pp.117-149.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 6, 1997. pp.134-150.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. **Paixão pela natureza**: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese (doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005.
- SANTOS, Adrielma Silveira Fortuna dos. **Movimento Estudantil Universitário: Modelos De Organização, Redes Sociais e Engajamento Individual (2000-2015)**.

2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016, 225f.

_____.;SANTOS, Jonatha Vasconcelos; OLIVEIRA, Wilson José F. de. Jovens e militantes: movimento estudantil universitário, juventudes partidárias e improvisação como forma de ação coletiva. In: 39o Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu. **Anais...** Caxambu/MG, 2015.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da Sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.28, set/dez 2011. p. 200-255.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996, 2. ed. 143 p.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Revista Sociologias**, v. 8, Porto Alegre, 2006. pp.156-79.

_____.De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol. 46, n.1, jan/abr 2010. pp.2-9.